



Marcus Desimoni

Agendas do futuro

Sergio Gusmão Suchodolski assumiu a presidência da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) no início de agosto e, nessa entrevista para a Rumos, defende a atuação fundamental das instituições de fomento neste momento de crise e ressalta a conexão do Sistema Nacional de Fomento com as pautas mais urgentes do mundo contemporâneo, como a sustentabilidade, a articulação internacional e a transição tecnológica.

RUMOS – O Brasil vive uma crise de grandes dimensões, em função da pandemia da Covid-19, que deve afetar diferentes setores da economia e da vida social. Qual o papel a ser desempenhado pelo Sistema Nacional de Fomento nesse contexto?

SERGIO GUSMÃO – Esse momento de enorme desafio trazido pela pandemia da Covid-19 traz uma ressignificação ao Sistema Nacional de Fomento, sobretudo na conformação na qual ele se encontra hoje. Temos uma diversidade muito grande, o que é uma força do sistema que se articula, se coordena e consegue atender diversos segmentos da sociedade, a partir das diferentes necessidades de cada uma das regiões de um país continental como o Brasil. O Sistema pode atuar como

uma alavanca anticíclica num momento de uma crise tão grave, chegando na ponta com muita eficiência, como mostram diversos estudos. O SNF está demonstrando a sua potência e a sua *expertise* e esse é um momento muito relevante para a valorização e o reconhecimento desse trabalho, além de termos a possibilidade de, daqui para a frente, atuarmos com várias lições aprendidas nesse ambiente de maior risco e de emergência – algumas instituições estão financiando o setor da saúde, por exemplo, tanto na parte de insumos e de equipamentos médicos, até no apoio a pesquisas com vacinas e testes, nas redes hospitalares pública e privada.

Muitas lições estão sendo aprendidas e precisamos fazer

um balanço desse período para, à luz dessa experiência diversa de cada um dos nossos associados, com as lições aprendidas e os novos instrumentos financeiros que estão sendo criados, podermos preparar o pós-Covid.

RUMOS – Como a ABDE pode auxiliar as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) a alcançarem esse objetivo de apoiar a economia brasileira nos momentos mais difíceis?

GUSMÃO – A ABDE nasce em 1969 como Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e ao longo das décadas seguintes passa por grandes transformações, resultando nessa diversidade que existe hoje. Acredito que a Associação tem uma vocação e estará no seu melhor papel se for dirigida pelos seus associados, a serviço deles nessa riqueza de atuação em diferentes regiões e portes. Ela pode ser uma grande plataforma de disseminação de conhecimento e melhores práticas, ajudando a qualificar e a disseminar este conhecimento pelos gestores e técnicos de cada uma das instituições associadas, trazendo novas ideias e provocando o debate. Hoje se discute muito, não só no Brasil, sobre o papel das instituições de desenvolvimento; então a ABDE pode ser o local de encontro, de debates, de troca e de estudos.

Por outro lado, ela tem o papel também de ser uma voz e de fazer a defesa dos interesses desse grupo de instituições junto ao Governo Federal, ao Congresso, a outras associações, ao Banco Central, a parceiros internacionais, como bancos multilaterais de desenvolvimento e agências de desenvolvimento, enfim, existe uma gama muito grande de parceiros que ela tem a legitimidade para fazer a interlocução e conseguir de alguma maneira integrar as informações que chegam dos associados. Com a sua atuação junto aos *stakeholders*, pode levar a bandeira do desenvolvimento econômico e social e apresentar as novas soluções que o sistema tem condições de criar e que podem ser implementadas por outros parceiros. A ABDE deve ser uma grande condutora dessas pautas.

RUMOS – O conhecimento das realidades regionais tem sido um diferencial de atuação dessas instituições nessa crise?

GUSMÃO – Certamente. A ponta da nossa atuação são nossos clientes, são projetos. As instituições conhecem a realidade brasileira nas suas características regionais e financiam em larga escala os municípios, afinal a inovação se dá também no nível local. Tenho grande alegria de presidir o banco de Minas Gerais, um estado que é um pouco a síntese do Brasil, no sentido de que temos regiões muito diversas dentro do estado, econômica e socialmente; uma economia bastante diversificada com agronegócio, indústria, mineração; temos municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas ao mesmo tempo, regiões mais desenvolvidas. Esse conhecimento do território é nossa força e hoje ela se traduz, inclusi-

Quando se observam as estatísticas sobre enxugamento de crédito dos bancos comerciais no primeiro semestre, verificamos que o Sistema Nacional de Fomento foi em outra direção, aumentando o crédito, dando a sustentação para a economia, inclusive para os mais vulneráveis, que são os micro e pequenos empresários.

ve, em números, de maneira bastante contundente. Quando se observam as estatísticas sobre enxugamento de crédito dos bancos comerciais no primeiro semestre, verificamos que o Sistema Nacional de Fomento foi em outra direção, aumentando o crédito, dando a sustentação para a economia, inclusive para os mais vulneráveis, que são os micro e pequenos empresários. No momento que eles mais precisam, o Sistema tem atuado de maneira decisiva. Os números falam por si. Na cadeia do turismo, especialmente por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), no apoio a municípios e em muitos outros setores estamos fazendo a diferença.

RUMOS – Qual a importância da interlocução das IFDs brasileiras com os organismos multilaterais de financiamento?

GUSMÃO – Essas instituições multilaterais e internacionais conseguem, pela qualidade técnica e pela abrangência global, ofertar os recursos para se trabalhar os temas que estão na ordem do dia no financiamento ao desenvolvimento, que hoje se orienta em grande medida pela chamada Agenda de Ação de Adis Abeba. É uma referência à terceira Conferência Internacional em Financiamento ao Desenvolvimento, que dá os contornos e os eixos centrais para esse tema. O papel dos bancos nacionais de desenvolvimento foi muito ressaltado nesse evento. No mesmo ano, em 2015, também se desenvolveu o tema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a chamada Agenda 2030; as duas conferências foram realizadas sob a égide das Nações Unidas. Essas duas agendas se tornam tratados internacionais, com acordos dos quais o Brasil é parte, e são incorporadas por esses organismos internacionais,

que desenvolvem instrumentos financeiros e inovações, além de disponibilizarem recursos financeiros e técnicos. Assim, essas parcerias são muito importantes para podermos atuar como condutores dessas práticas técnicas, instrumentos financeiros de desenvolvimento inovadores e também de recursos que muitos dos membros podem acessar e têm acessado, em número cada vez maior. A ABDE pode servir como uma plataforma, uma porta de entrada para disseminação dessas boas práticas e desses recursos.

Temos um exemplo concreto da experiência com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Laboratório de Inovação Financeira (LAB), ao lado também da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem sido muito bom. Também temos tido um relacionamento muito positivo com a Associação Latino-Americana de Instituições de Desenvolvimento (Alide), onde eu também tenho a oportunidade de ocupar uma posição no conselho. Além de parcerias que estão em andamento e são importantes, com o GIZ, o Prosperity Fund, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Green Climate Fund, entre outros.

A ABDE pode ajudar a aumentar esse fluxo de recursos, que vai chegar na ponta com a eficácia e *expertise* dos seus associados, e abrir novas oportunidades e fontes de financiamento, tanto para investigação dos efeitos da Covid, quanto para o relançamento da economia em bases sustentáveis, com o apoio dessa diversidade de instituições com as quais estamos interagindo, inclusive as que foram recém-criadas, como o Banco dos Brics e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Estou no meu terceiro banco de desenvolvimento, para aprofundar ainda mais essas parcerias e colocar esses recursos à disposição dos nossos associados. A realidade é que o Brasil ainda não usa a capacidade total disponível nas agências e nos organismos multilaterais de desenvolvimento.

RUMOS – De que forma as instituições de fomento se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que contribuição isso pode significar para o país?

GUSMÃO – Acompanhamos essa agenda que já está no seu quinto ano, e agora são mais dez anos até 2030, e de fato o desafio da sustentabilidade está na ordem do dia, mais do que nunca. A linguagem dos ODS se tornou universal, empregada pelas instituições de desenvolvimento no mundo inteiro, mesmo algumas pequenas na América Latina, na Ásia, na África e na Europa, e temos utilizado cada um dos seus objetivos e metas como uma maneira de acompanhar, monitorar, avaliar e reportar sobre o nosso impacto de desenvolvimento na ponta. Além de uma linguagem, os ODS são um desafio e uma maneira maravilhosa de contribuir para o desenvolvimento susten-

tável e, ao mesmo tempo, ressignificar a instituição financeira de desenvolvimento no século XXI. A observação desses objetivos é uma maneira de reposicionar e dar um contexto atualizado do financiamento do desenvolvimento no cenário atual.

Precisamos nesse momento trazer todas as inovações e fazer toda a atualização desse modelo, para preparar os próximos anos. Eu dirijo uma instituição, o BDMG, que está entrando no seu ano cinquenta e nove. Então, uma instituição de meados do século 20, que precisa fazer um trabalho de atualização para estar mais próximo dos seus clientes e da população em geral, para cumprir o seu mandato, do ponto de vista dos objetivos da sua criação, mas dentro desse contexto mais moderno e atual. Esse é o desafio para todo o sistema de fomento: se colocar na agenda contemporânea, que é a da sustentabilidade.

RUMOS – Quais as principais ações que deverão ser empreendidas pela Associação em sua gestão?

GUSMÃO – Precisamos dar ainda mais dinamismo à ABDE. Os temas principais orientadores desse período que nos cabe liderar a associação são o combate aos efeitos da Covid-19 e a atuação anticíclica das instituições, com disseminação de melhores práticas. Mas também existem outros temas importantes: a sustentabilidade, como já mencionei, e a transição tecnológica, que está dinamizando o negócio financeiro e de financiamento ao desenvolvimento, e que é uma agenda de futuro muito necessária. Além do desafio de posicionar a associação para que seja ainda mais reconhecida e que os seus pleitos e suas contribuições se traduzam em realizações concretas, com resultados pragmáticos, sobretudo em um contexto mundial de crise e de emergência, para que possamos relançar a economia brasileira em novas bases sustentáveis e de crescimento.

A pandemia deixou muito claro que em momentos de desafio existe um espaço de sustentação, de reconstrução e de atuação dessas instituições que é muito relevante. Em qualquer circunstância, mas sobretudo em momentos de crise, isso fica ainda mais evidente – e podemos ver pelas informações e estatísticas que começam a se avolumar depois desse período de seis meses e certamente de forma ainda mais concreta até o final do ano. Acredito muito no modelo das instituições de financiamento ao desenvolvimento, acho que elas têm razão de existir. Temos visto a experiência internacional, inclusive nos Estados Unidos, com a criação recente de uma grande instituição de financiamento ao desenvolvimento, que é o U.S. International Development Finance Corporation (DFC), além de instituições financeiras de desenvolvimento estaduais, em diversas regiões. Neste novo cenário, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos, enfim, todo o Sistema Nacional de Fomento se torna mais relevante do que nunca.
